

Petrobras recua e aprova nova eleição de conselho

Após questionamentos de investidores e da renúncia de um conselheiro, a Petrobras convocará nova assembleia de acionistas para eleger oito membros para as cadeiras destinadas ao governo em seu conselho de administração.

A convocação da assembleia foi aprovada pelo conselho nesta terça (15) e o edital do encontro tem que ser publicado em até 45 dias. Nesse período, a empresa terá que concluir a apuração sobre as críticas de investidores em relação ao processo de votação.

As cadeiras que passarão por nova eleição foram ocupadas em abril, em assembleia conturbada que culminou com críticas de acio-

nistas privados sobre erros na contabilização de votos de grandes fundos de investimento internacionais.

Um dos conselheiros eleitos em abril, o advogado Marcelo Gasparino, renunciou logo após sua posse em protesto. Ele defendia que sua renúncia deveria forçar uma nova eleição, mas na época a Petrobras defendeu que poderia apenas convocar um novo membro.

A eleição do conselho ocorreu pouco menos de dois meses depois do anúncio de demissão do então presidente da companhia, Roberto Castello Branco, feito pelo presidente Jair Bolsonaro em meio à escalada dos preços dos combustíveis do início do ano.

O conselho da Petrobras

tem 11 cadeiras, oito delas geralmente ocupadas por indicados do governo. Outras duas são reservadas a acionistas minoritários e a última, a um representante dos trabalhadores da estatal.

Na assembleia de abril, Castello Branco foi destituído e o seu substituto, o general Joaquim Silva e Luna, eleito para uma das vagas. O governo elegeu ainda outros seis nomes, sendo derrotado pelos minoritários na disputa por uma das oito cadeiras.

Os minoritários apresentaram quatro candidatos, mas apenas Gasparino conseguiu se eleger, frustrando ofensiva de fundos de investimento para tentar reduzir o poder do governo nas decisões estratégicas da companhia. Folhapress



Economia



Inflação reduz dívida bruta e dá sobrevida a teto de gastos, estima instituição fiscal *Página - 03*

Política



Preço da energia preocupa construção civil, que já sofre com alta dos insumos *Página - 03*



Se não privatizar, tem um caos energético, diz Bolsonaro sobre Eletrobras *Página - 04*

Relator da reforma administrativa apresenta roteiro de trabalho *Página - 04*

Aviatec compra Enfoque

Página - 05

Na Trybe, mais dinheiro e aquisições para resolver um dos principais gargalos do Brasil

Página - 05



No Mundo

China responde a apoio do G7 a Taiwan com maior incursão aérea até aqui



Em retaliação pelo comunicado do G7 defendendo Taiwan, o governo da China realizou a maior incursão de aviões militares contra o espaço aéreo da ilha em sua história.

“Nós nunca iremos tolerar tentativas de buscar a independência ou intervenção temerária na questão de Taiwan por forças estrangeiras, então precisamos dar uma resposta forte a esses atos de conluio”, disse Ma Xiaoguang, porta-voz do Escritório de Assuntos de Taiwan em Pequim.

Os chineses enviaram na terça (15) 28 aviões até a Adiz (sigla inglesa para Zona de Identificação de Defesa Aérea) de Taiwan, obrigando o envio de caças para inter-

ceptação.

Estiveram envolvidos na operação 14 caças J-16, 6 caças J-11 e 4 bombardeiros com capacidade nuclear H-6K, além de aeronaves de vigilância.

É uma escalada: desde o começo do ano os recordes desse tipo de ação, que visa testar a rapidez de reação do adversário, foram batidos. Em março, foram 20 aviões. Um mês depois, 25.

No domingo (12), o clube dos países ricos composto por EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão havia divulgado um comunicado com diversas condenações a posições da China, inclusive pedindo paz e estabilidade com Taiwan.

O tom foi estimulado por

Joe Biden, presidente americano que está em uma turnê europeia e tem em Pequim seu maior rival estratégico declarado. Em sua primeira etapa, ele conseguiu pontos agregando aliados que haviam sido afastados pelo antecessor, Donald Trump, e obtendo gestos contra a China.

Nesta quarta (16), ele encerra a viagem com um outro problema, a relação com a Rússia, em cúpula com Vladimir Putin em Genebra.

A China, por meio de sua embaixada em Londres, já havia considerado o documento do G7 como “difamatório”. E afirmou que a inclusão do país em comunicado da Otan (aliança militar ocidental), na segunda (13), era uma ameaça despropositada. Igor Gielow/Folhapress

Planalto aposta em pragmatismo de novo governo de Israel para manter aliança



A saída de Binyamin Netanyahu do poder em Israel privou o presidente Jair Bolsonaro de mais um aliado na arena internacional, mas o governo brasileiro não acredita que o novo primeiro-ministro do país, Naftali Bennett, atuará para se distanciar radicalmente do Brasil.

Conselheiros do líder brasileiro ouvidos pela reportagem avaliam que Bennett deve adotar postura pragmática e cultivar boas relações com o governo Bolsonaro para fortalecer um dos principais objetivos israelenses em política externa: evitar o isolamento em fóruns internacionais, nos quais o país é

frequentemente acusado de violações de direitos humanos no conflito com os palestinos.

Desde o início do governo, Bolsonaro rompeu a linha histórica de equilíbrio do Itamaraty na questão e passou a defender Israel no Conselho de Direitos Humanos da ONU. O ex-chanceler Ernesto Araújo, por sua vez, argumentava que havia “tratamento discriminatório contra Israel” nas Nações Unidas.

Mais recentemente, o próprio Bolsonaro classificou de “absolutamente injustificável o lançamento indiscriminado de foguetes contra o território israelense” por parte de militantes palestinos.

Embora o atual chanceler, Carlos França, tenha moderado o discurso, as linhas gerais continuam sendo pró-Israel. Na prática, o Brasil ainda defende uma solução que envolva dois estados, mas retirou de seus comunicados menções às fronteiras pré-1967 e a Jerusalém Oriental como capital da Palestina.

Diplomatas ouvidos pela reportagem lembram que Bennett tem posições tão ou mais duras do que Netanyahu em relação à disputa territorial com os árabes. Membro de um partido de ultradireita, o Yamina, ele é, por exemplo, declaradamente contra a existência de um Estado palestino.

Ricardo Della Coletta/Folhapress

França anuncia fim do toque de recolher e da obrigatoriedade do uso de máscaras

O primeiro-ministro da França, Jean Castex, anunciou nesta quarta-feira (16) que o uso de máscaras de proteção contra o coronavírus não será mais obrigatório no país em espaços ao ar livre a partir desta quinta-feira (17). O item continuará sendo exigido, no entanto, em ambientes com muita gente, como os estádios esportivos.

O toque de recolher a partir das 23h, que foi instituído no final do ano passado e estava planejado para durar até o final de junho, será suspenso no próximo domingo (27). Segundo Castex, as decisões foram tomadas porque a situação sanitária da França melhorou mais rapidamente do que as autoridades estavam antecipando.

Depois que restaurantes, bares e cafés foram autorizados na semana passada a reabrir em ambientes fechados pela primeira vez em sete meses, Castex disse que a vida na França estava fi-

nalmente começando a voltar ao normal.

“Estamos no caminho certo. Vamos permanecer juntos responsáveis, unidos e mobilizados”, escreveu o premiê em uma publicação no Twitter, após uma reunião de gabinete em que a suspensão das medidas foi determinada.

De acordo com dados da Universidade Johns Hopkins, o país registrou 3.243 novos casos de Covid-19 nas últimas 24 horas. É o número mais baixo desde agosto de 2020 e representa uma queda de mais de 97% em relação ao pico registrado em abril deste ano, quando foram confirmados quase 118 mil casos em um único dia.

A média móvel de casos, que chegou a mais de 56 mil em novembro do ano passado e, há dois meses, estava na faixa dos 45 mil, agora não passa de 4.000. Segundo especialistas em saúde da França, pode-se dizer que a pandemia está controlada quando essa taxa é inferior a 5.000 casos diários. Folhapress

Inflação reduz dívida bruta e dá sobrevida a teto de gastos, estima instituição fiscal



A alta da inflação ajudará a melhorar os dados das contas públicas neste e nos próximos anos, segundo estimativas divulgadas nesta quarta-feira (16) no Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI (Instituição Fiscal Independente) de junho.

De acordo com a IFI, órgão ligado ao Senado, a dívida bruta brasileira deverá cair de 88,8% no final de 2020 para 85,6% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano.

Apesar do recuo, a instituição afirma que a dívida ainda está 30,5 pontos percentuais acima da média dos países emergentes, por isso, “o desafio fiscal não foi superado”.

A projeção de crescimento real do PIB (Produto Interno Bruto) da IFI passou de 3% para 4,2%. Considerando também a inflação, o PIB

nominal crescerá 12,6%. Segundo a IFI, o aumento do PIB nominal, combinado com os resgates da dívida pública, contribuíram para a queda da dívida bruta no primeiro quadrimestre.

“Os dados do PIB do primeiro trimestre e a inflação mais alta colaboram para o quadro fiscal, mas esse tipo de dinâmica não é consistente”, afirma a IFI.

Segundo o relatório, a estratégia de ajustar as contas públicas com mais inflação é arriscada, porque pode levar à alta do custo médio da dívida e colocar a perder os ganhos de curto prazo.

Grande parte da dívida é atrelada a índices de preços. Além disso, mais inflação demanda aumento maior da taxa básica de juros.

A instituição também calcula que as contas do setor

público podem voltar a ser superavitárias a partir de 2025. Anteriormente, a projeção era de voltar ao azul somente em 2030. Com isso, a dívida bruta crescerá até 87,1% do PIB em 2025, ficaria estável no ano seguinte e iniciaria trajetória de leve queda até 85,5% em 2030.

Segundo a IFI, o teto de gastos, na presença de inflação maior, ganhou sobrevida e terá risco alto de rompimento apenas em 2027.

Em 2022, o teto de gastos terá folga de R\$ 47 bilhões, que poderá ser integralmente gasta. A folga é dada pela diferença entre a inflação usada para calcular o teto (até junho deste ano, de 8,3% na projeção) e a que corrige as despesas do Orçamento (até dezembro, de 5,7%).

Eduardo Cucolo/Folhapress

Preço da energia preocupa construção civil, que já sofre com alta dos insumos



O aumento de mais de 20% na bandeira vermelha da conta de luz, informado nesta terça (15) pelo diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), André Pepitone, preocupa o setor da construção civil.

O principal impacto deve vir por meio dos materiais utilizados nas obras. Alguns deles demandam alto consumo de eletricidade durante a fabricação e esse custo deverá chegar aos canteiros.

O alumínio é apontado como a matéria-prima que mais demanda energia, com cerca de 50% do seu custo de produção atribuído ao consumo de eletricidade, seguido pelo cimento e o aço.

Ipea: rendimentos efetivos dos trabalhadores têm queda de 2,2%

Os rendimentos efetivos dos trabalhadores registraram queda de 2,2% no primeiro trimestre de 2021, na comparação com igual período do ano passado, devido ao impacto do “recrudescimento” da pandemia de covid-19. A avaliação é de estudo divulgado, ontem (16), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com uma análise sobre o efeito da pandemia no mercado de trabalho. A análise levou em consideração os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Esse padrão [de queda no rendimento] se repetiu para trabalhadores com diferentes grupos demográficos, tendo apenas as mulheres [crescimento de 1,33%] e trabalhadores com mais de 60 anos [7,06%] não apresentando uma queda da renda efetiva”, diz o estudo.

No entanto, acrescenta o estudo, a análise por tipo de vínculo revela que o impacto da segunda onda da pandemia nos rendimentos foi concentrado nos trabalhadores privados com carteira assinada. “Os trabalhadores por conta própria [queda de 3,6%], que de modo geral haviam sido os mais atingidos pela pandemia, mostraram um crescimento de 3,9% da renda efetiva”, destaca o estudo.

“Os dados da Pnad Contínua apresentam em linhas gerais o mesmo quadro da Pnad Covid-19: um forte impacto inicial da pandemia e uma lenta recuperação do mercado de trabalho, que ainda se encontrava incompleta, especialmente se considerarmos também as informações sobre o nível de ocupação ao final do ano, quando o país foi atingido pelo início da segunda onda de covid-19 – a exceção fica para os trabalhadores de maior escolaridade”, comentou, Sandro Sacchet de Carvalho. Cristina Índido do Brasil/ABR



“O alumínio é um material que especificamente utiliza muita energia, mas vou ter impacto de forma geral em todos os processos fabris”, diz Carlos Borges, vice-presidente de tecnologia e sustentabilidade do Secovi-SP (sindicato da habitação).

Isso atinge o setor em um momento já complicado de aumento de preço dos insumos. O INCC (Índice Nacional da Construção Civil) chegou a 15,25% no acumulado dos últimos 12 meses, e alguns materiais subiram muito acima disso.

Borges aponta que o aço deve chegar a 150% de aumento em julho, se comparado com o preço praticado em março de 2020. “É uma loucura, estamos vivendo um

momento quase dramático”, diz. “Muitas obras, especialmente as populares, estão se inviabilizando, porque não tem aumento de renda do consumidor e do valor do imóvel.” Jayme Holloway, diretor de engenharia da incorporadora Paes & Gregori, afirma que muitas obras são fechadas a um preço indexado, e nem sempre as variações em seu custo são captadas inteiramente pelos índices, o que resulta em prejuízo para as incorporadoras.

A Abramat (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção) afirmou, em nota, que manifesta preocupação com as notícias sobre aumento da tarifa de energia.

Ana Luiza Tieghi/Folhapress

Política

Se não privatizar, tem um caos energético, diz Bolsonaro sobre Eletrobras



O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta quarta-feira (16) que haverá um “caos energético” no Brasil sem a aprovação da MP (medida provisória) que abre caminho para a privatização da Eletrobras.

“Se não privatizar, tem um caos no sistema energético no Brasil”, disse o presidente a apoiadores em frente ao Palácio do Alvorada. A fala foi divulgada por uma página bolsonarista no Youtube.

A MP está na pauta do Senado desta quarta. O texto define que a privatização da Eletrobras se dará por meio de um aumento do capital social da empresa, com a emissão de ações ordinárias, de forma a diluir a participação da União na empresa.

Bolsonaro foi questionado por um dos presentes no Alvorada sobre a privatização. “Você não vai deixar aprovar não, né?”, disse o apoiador, que também perguntou sobre possível aumento no valor da conta de energia com a medida.

“Você sabe o imposto que paga na tua cidade, de luz. Não sabe? Então não discuta comigo”, disse o presidente.

“Eu sei que você é sindicalista. Esse discurso, não vou aceitar aqui discutir sobre privatização”, respondeu ainda Bolsonaro.

O presidente também afirmou que “quase tudo o que é público” é levado “para a corrupção”. Bolsonaro citou modificações feitas pelo seu governo na Caixa Econômica, Usina de Itaipu e Ceagesp (Companhia de Entre-

postos e Armazéns Gerais de São Paulo).

“Agora, o pessoal que é contra a privatização, está de brincadeira. Se eu sair daqui, voltaroPT...”, disse Bolsonaro.

Durante a tramitação na Câmara, a MP foi alterada e recebeu jabutis (nome dado a emendas sem relação com o texto original dos projetos de lei).

O texto que está no Senado prevê, por exemplo, a compra de 6.000 MW (megawatts) de usinas que devem ser instaladas nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

A MP da Eletrobras precisa ser votada até 22 de junho para não perder a validade. Se caducar, será a terceira vez, desde o governo Michel Temer (MDB), que o projeto vai para a gaveta.

Mateus Vargas/Folhapress

Huck descarta candidatura à Presidência em 2022 e confirma ida para o lugar de Faustão na Globo



O apresentador da TV Globo Luciano Huck, 49, afastou a possibilidade de se candidatar à Presidência em 2022, mas reiterou que continuará no debate político e não descartou disputar o cargo no futuro. Ele também confirmou que substituirá o também apresentador Fausto Silva na emissora.

Em entrevista ao programa Conversa com Bial, da Globo, exibida nesta quarta-feira (16), Huck repetiu a justificativa de que nunca lançou candidatura, embora ele e aliados se movessem nessa direção nos bastidores. O comunicador já tinha sido cotado como presidenciável nas eleições de 2018.

“Eu nunca me lancei can-

Relator da reforma administrativa apresenta roteiro de trabalho

Os trabalhos da comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20 que trata da reforma administrativa começaram ontem (16) com a apresentação de um roteiro de trabalho do relator Arthur Maia (DEM-BA), que propôs a realização de 12 audiências públicas sobre o tema.

Os deputados aprovaram ainda uma série de requerimentos com convites a autoridades para debater a proposta, entre elas o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Inicialmente, dois requerimentos, apresentados por deputados da oposição queriam a convocação de Guedes, mas foi firmado um acordo e a convocação, cuja presença é obrigatória, foi transformada em convite, em que a presença é opcional.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que Guedes

vai comparecer ao colegiado, possivelmente na próxima semana. “O ministro virá à comissão. Virá com prazer e ele fez já esse debate na CCJ”, disse.

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), que havia subscrito um dos requerimentos de convocação, disse que o partido ia aceitar o acordo, desde que Guedes se comprometesse a responder todas as dúvidas dos parlamentares. “Nós, por ora, topamos transformar a convocação em convite, tendo em vista que o líder do governo se prontificou a garantir uma data da vinda do ministro nessa comissão. Mas é importante registrar que o ministro precisa cumprir com o compromisso de responder as perguntas de todos os deputados e ficar até o final da reunião. Vimos em outras vezes ele se levantar e não responder ao conjunto das perguntas”, disse a parlamentar.

Luciano Nascimento/ABR



didato a nada, então eu não estaria retirando candidatura a nada, porque eu nunca lancei candidatura”, disse ao apresentador Pedro Bial.

“Eu não saio mais do debate público. Vou estar no debate público para sempre. Gosto desta arena, do debate das ideias. Acho que a gente tem que superar o que tanto nos atrapalha hoje em dia, que é essa divisão do país, essa polarização, essa raiva que se criou entre quem pensa diferente”, acrescentou.

O titular do Caldeirão do Huck falou que sua intenção de contribuir para “um país mais justo” poderá ser cumprida a partir do ano que vem com a migração para o horário nobre da emissora aos domingos. Ele assumirá a fai-

xa do Domingão do Faustão, após a saída de Fausto Silva, no fim deste ano.

“Tenho certeza que eu posso contribuir muito para o país estando nos domingos da Globo e fazendo um programa que se conecte com as pessoas, que ouça as pessoas, que traga a esperança de volta e resgate nossa autoestima. Mas isso não quer dizer que eu esteja fora do debate público”, reforçou.

O recuo simboliza um abalo no conjunto de partidos e forças políticas que tentam fabricar uma terceira via no autodenominado centro para as eleições de 2022, hoje polarizadas entre o postulante à reeleição, Jair Bolsonaro, e o ex-presidente Lula (PT).

Joelmir Tavares/Folhapress

Fusões & Aquisições

Na Trybe, mais dinheiro e aquisições para resolver um dos principais gargalos do Brasil



O problema é crônico no mundo inteiro, mas, no Brasil, é alarmante. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, o País terá um déficit de profissionais de tecnologia que pode chegar a 260 mil até 2024.

Foi de olho nesse gap que a Trybe, uma escola de formação de desenvolvedores, nasceu em agosto de 2019. E surgiu com bons cartões de visita. Investimentos seed e série A que somavam US\$ 15,4 milhões até o fim do ano passado. Esse era o montante captado até então revelado. Mas tem mais aí.

Matheus Goyas, cofundador e CEO da Trybe, contou

com exclusividade ao NeoFeed que, em janeiro deste ano, a companhia recebeu uma extensão da rodada série A no valor de US\$ 6 milhões, liderada pelo Base Partners, o mesmo que investiu em Nubank e Wildlife. E, com esse dinheiro, está indo às compras.

A Trybe Holding, companhia que controla a edtech Trybe e a fintech Trybe SCD, acaba de adquirir 100% da desenvolvedora de softwares Jungle Devs, de Santa Catarina. Parte do pagamento será feita em dinheiro e a outra parte em ações do grupo. O valor do negócio não é revelado.

“As conversas vinham desde o ano passado, mas na época não fizemos a aquisi-

ção para não expor a Trybe a um investimento que seria maior do que ela suportava”, diz Goyas ao NeoFeed. O empresário, de 30 anos, soube esperar a hora certa para concretizar o negócio.

A Jungle Devs trabalha majoritariamente com clientes internacionais — 75% de seus projetos são feitos para empresas de fora do Brasil. E tem um modelo que chamou a atenção da Trybe porque mescla essa experiência com clientes estrangeiros com uma dinâmica educacional.

Os funcionários ocupam 75% de seu tempo em projetos específicos de clientes e os outros 25% são direcionados a um programa de formação de quatro anos.

Unilever compra (mais uma) marca de beleza D2C

A Unilever acaba de comprar a Paula's Choice, uma marca de skincare nativa digital que pertencia à firma de private equity americana TA Associates.

A Unilever não abriu o valor da aquisição, mas as especulações no mercado são de que ela pagou US\$ 2 bilhões pela empresa — que deve faturar US\$ 300 milhões este ano.

A TA Associates havia comprado a marca em 2016. Na época, a Paula's Choice faturava US\$ 70 milhões e foi avaliada em US\$ 275 milhões.

A Paula's Choice foi fundada em 1995 pela empreendedora Paula Begoun, autora

do best-seller “The Complete Beauty Bible” e uma das primeiras a advogar pela transparência nos ingredientes dos produtos de beleza.

A marca — que vende principalmente pela internet no modelo D2C, o mesmo adotado pelas brasileiras Sallve e Dr. Jones — ganhou fama por seus produtos inovadores, acessíveis e feitos com ingredientes de alta performance e sem crueldade aos animais.

A Paula's Choice vai fazer parte da linha Prestige, que inclui marcas como Tatacha (que a Unilever comprou em 2019 por US\$ 500 milhões), Murad, Dermalogica, Kate Somerville e Ren.

Brazil Journal



NeoFeed

Avivatec compra Enfoque



Avivatec, consultoria de TI com sede em São Paulo, anunciou a aquisição da Enfoque, provedora de informações, ferramentas e soluções voltadas ao mercado financeiro que atende os públicos B2B e B2C.

O valor e os termos da transação não foram divulgados pela companhia.

Fundada em 1983, a Enfoque integra e difunde cotações, gráficos, notícias, cálculos, balanços, análises e roteamento de ordens através de sistemas e recursos — tudo para suporte à tomada de decisão nos mercados de risco.

Com 18 colaboradores, a empresa conta com mais de 60 fontes de informação e mais

de 20 milhões de mensagens processadas diariamente.

A companhia possui uma carteira com mais de 650 clientes, entre eles Ambev, Sabesp, Itaú, SulAmérica, São Martinho, ENGIE Brasil, EDP, Crefisa, Braskem, Yamaha, Gafisa, Tecnisa, Santander e BTG Pactual.

Com a venda, a Enfoque passa a fazer parte do grupo Avivatec como uma empresa independente e sua operação segue sob o comando do fundador Fausto Botelho e de Douglas Junior, sócio e diretor comercial.

“Vamos unir a solidez da Enfoque no mercado com a inovação e tecnologia de ponta para acelerar e aperfeiçoar os serviços direcionados às

áreas de câmbio, relação com investidores, banco de dados, conteúdos para sites, integrações com SAP e ERPs, além de informações nacionais, internacionais e criptomoe-das em tempo real”, explica Junior.

Segundo o executivo, os esforços da Enfoque estarão voltados à criação de produtos e um dos principais objetivos é lançar, em breve, uma plataforma mais moderna e com novos recursos.

Com 12 anos de mercado, a Avivatec tem 170 colaboradores e oferece serviços que passam por consultoria de transformação, fábrica de software, gestão de infraestrutura e segurança da informação.

Baguete

Publicidade Legal

Odebrecht Mobilidade S.A.
CNPJ/MF nº 19.215.328/0001-53 - NIRE 35.300.458.885

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2021
DIA, Hora e Local: Em 23 de fevereiro de 2021, às 14:00 horas, na sede social da Odebrecht Mobilidade S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte F, Butantã, CEP 05501-050 ("Companhia"). **Presença:** Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs.: Adriano Lima Ferreira, Rodrigo Barbosa Veloso, Kazuhisa Ota e Alexandre Carmona Côrtes. **Mesa:** Sr. Adriano Lima Ferreira - Presidente, e Sr. Simone Torres de Oliveira - Secretária. **Ordem do Dia: I) Matéria para Deliberação: (01) PD.CA.OM 01/2021 - Odebrecht Mobilidade ("OM") - Recommendation for election of OM Executive Officer.** Antes da deliberação os Conselheiros tomaram conhecimento do Termo de Renúncia apresentado à Companhia, em 31 de dezembro de 2020, pelo Diretor Adriano Chaves Jucá Rolim, o qual ficará arquivado nos registros da Companhia e registraram os agradecimentos ao renunciante por sua atuação no exercício de seu cargo e outorgam, em nome da Companhia, a mais plena, geral, rasa, irrevogável e irretirável quitação, por todo e qualquer ato de gestão praticado por este no exercício de suas funções. **(I) Matéria para deliberação:** Após a devida análise da Proposta de Deliberação ("PD") constante da Ordem do Dia, cuja cópia e documentos conexos foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e também permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, a **PD.CA.OTP 01/21 - Odebrecht Mobilidade ("OM") - Recommendation for election of OM Executive Officer.** Aprovando a eleição do Sr. **Felipe Montoro Jens**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 17.032.674-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 166.417.478-83, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, como **Diretor sem designação específica da Companhia**, para cumprir o mandato unificado de 2 (dois) anos, até 01 de junho de 2021, sendo permitida reeleição. O Diretor ora eleito será investido em seu cargo mediante a lavratura e assinatura do respectivo termo de posse no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia. Atendendo ao disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, o Diretor ora eleito declara, sob as penas de lei, conforme instrumento arquivado na sede da Companhia, não estar impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Diante do disposto acima, a composição da Diretoria da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até 01 de junho de 2021, passa a ser: **(I) Adriano Lima Ferreira**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 455.389.645-15, portador da carteira de identidade RG nº 3.573.829-43 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, como **Diretor sem designação específica**; e **(II) Rodrigo Barbosa Veloso**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.976.086-08, portador da cédula de identidade RG nº M9011428 SSP/MG, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos de Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte B, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05501-050, como **Diretor sem designação específica**; e **(III) Felipe Montoro Jens**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 17.032.674-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 166.417.478-83, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, como **Diretor sem designação específica**. **II) Matérias para conhecimento:** Nada a registrar. **III) Matérias de Interesse da Companhia:** Nada a registrar. **IV) Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 23 de fevereiro de 2021. **Mesa:** Sr. Adriano Lima Ferreira - Presidente, e Sr. Simone Torres de Oliveira - Secretária. **Conselheiros:** Adriano Lima Ferreira, Rodrigo Barbosa Veloso, Kazuhisa Ota e Alexandre Carmona Côrtes. Certificado e dou fé que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 23 de fevereiro de 2021. Assinaturas: Simone Torres de Oliveira - Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 255.819/21-3 em 01/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Vivenda Pinheiros Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.
CNPJ Nº 10.387.887/0001-76 - NIRE 35.300.460.987

Ata da Assembleia Geral Ordinária de 19 de Abril de 2021
Data: 19/04/2021. **Horário:** 16 horas. **Local:** Sede da sociedade em São Paulo - SP. **Presenças:** Totalidade. **Convocação:** dispensada. **Mesa:** Presidente: Andrea Cury Sharp de Andrade. Secretário: Murilo Sharp de Andrade. **Ordem do Dia e Deliberações:** Foi deliberado, pela unanimidade de votos, o seguinte: 1) Aprovados o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2020, cujo o documento foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Data Mercantil na edição de 10/04/2021. 2) A sociedade apresentou lucro no exercício de 2020 e este foi totalmente distribuído no próprio exercício de 2020. 3) Aprovada a eleição como Diretores, sem designação específica, com mandato até a AGO a realizar-se em 2023 e com remuneração global anual a ser definida oportunamente pelos Srs. Acionistas, os Srs. Andrea Cury Sharp de Andrade, Murilo Sharp de Andrade, Armando Menah Nicolau, e Itamar Beresin. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 19 de abril de 2021. Mesa: Andrea Cury Sharp de Andrade - Presidente. Murilo Sharp de Andrade - Secretário. Acionistas: Onni Empreendimentos e Participações Ltda. p/ Andrea Cury Sharp de Andrade, AAMF - 13 Empreendimento Imobiliário Ltda. p/ Armando Menah Nicolau, e Alefco Administração e Participações S/A p/ Itamar Beresin. O presente foi extraído do original registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 268.833/21-7 em 09/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Moinho Água Branca S.A.
CNPJ/MF nº 61.157.723/0001-93 - NIRE 35.300.041.330

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária
Data, Hora e Local: 27/04/2021, 12 hs., na sede social. Presente acionista representando mais de 2/3 do capital. **Mesa:** José Hlavnicka: Presidente e Ivan Soldan Salema: Secretário. Artigo 133 e edital de convocação publicados DOESP e Diário Comércio Indústria e Serviços de 19, 20 e 23/03/2021. **Deliberações:** Aprovadas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2020; deliberado que o lucro verificado será destinado à compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores; eleitos Diretores para o período 2021/2023: José Hlavnicka e Ivan Soldan Salema e fixada sua remuneração. **Acionista presente:** Litex Trading Sociedad Anónima. A íntegra desta Ata foi lavrada no livro próprio e arquivada na JUCESP sob nº 256.565/21-1, em sessão de 02/06/2021, e publicado seu extrato conforme permite o § 3º do artigo 130 da Lei 6.404/76.

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
www.datamercantil.com.br

Moedas Globais: dólar ganha força após Fed



Perto do horário de fechamento do mercado em Nova York, o dólar subia a 110,60 ienes, o euro recuava a US\$ 1,2012 e a libra cedia a US\$ 1,4005. O índice DXY, que mede a variação da divisa americana contra seis rivais, por sua vez, registrou alta de 0,65%, a 91,129 pontos.

“O dólar pode aumentar seus ganhos se o Fed melhorar significativamente suas perspectivas para a economia e puxar as expectativas de aumento da taxa de juros”, previu corretamente o analista sênior Joe Manimbo, da Western Union, antes da decisão do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc).

Na visão do analista Ian Lyngen, do BMO Capital Markets, o Fed mostrou uma inclinação “decididamente hawkish” na decisão de hoje. A estimativa para a inflação em 2021 subiu de 2,4% para 3,4% e, segundo o gráfico de pontos, a maioria dos dirigentes agora prevê que a primeira alta de juros do atual ciclo ocorra em 2023. Além disso, a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA passou de 6,5% para 7%.

Ao longo do pregão, a libra chegou a se fortalecer com a inflação britânica, que veio acima do esperado. Em maio, o índice de preços ao consumidor do Reino Unido subiu 0,6% ante abril e 2,1% na comparação na comparação anual, além da meta de 2% do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês).

Ante moedas emergentes e commodities, o dólar avançava a 90,3709 pesos argentinos no final da tarde em NY. A divisa da Argentina recuou no dia em que dados oficiais mostraram inflação anual em 48,8% em maio no país, ganhando fôlego ante a alta anual de 46,3% vista em abril.

Esferatur Passagens e Turismo S/A
CNPJ/MF nº 76.530.260/0001-30

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

Balanço Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Reserva de Lucros		Demonstração do Resultado			
	2020	2019		Capital Social	Reserva Legal	Lucros Retidos	Prejuízos acumulados	Lucro (prejuízo) do Exercício	Total
Ativo				2.800.000	560.000	4.494.243	-	-	7.854.243
Ativo Circulante			Em 31 de dezembro de 2018			5.054.243	-	-	
Caixa e equivalentes de caixa	5.157.786	17.912.316	Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	12.662.761	16.044.788	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	10.518.557	10.518.557
Tributos a recuperar	862.966	-	Destinações:						
Outros créditos	2.051.196	7.583.999	Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Despesas do exercício seguinte	1.347	4.757	Dividendos Distribuídos	-	(429.927)	-	-	-	(429.927)
	20.736.056	41.545.859	Constituição de reservas	-	10.518.557	-	-	(10.518.557)	-
Ativo Não Circulante			Em 31 de dezembro de 2019	2.800.000	560.000	14.582.873	-	-	17.942.873
Impostos Diferidos	11.147.511	2.202.648	Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	725.740	1.439.273	Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	(18.018.972)	(18.018.972)
Intangível	639.175	764.552	Destinações:						
Ativos de Direitos de uso	416.579	4.046.208	Consumo da Reserva legal pelo prejuízo do período	-	(560.000)	-	-	560.000	-
	12.929.005	8.452.682	Prejuízos acumulados	-	-	(2.876.099)	-	2.876.099	-
Total do Ativo	33.665.061	49.998.541	Consumo de Reserva de Lucros pelo prejuízo do período	-	-	(14.582.873)	-	14.582.873	-
Passivo e Patrimônio Líquido			Em 31 de dezembro de 2020	2.800.000	-	-	(2.876.099)	-	(76.099)
Passivo Circulante			Demonstração do Resultado Abrangente						
Fornecedores	5.046.921	13.899.324		2020	2019				
Obrigações Tributárias	229.123	1.452.488	(Prejuízo)/Lucro Líquido do Período	(18.018.972)	10.518.557	Receita Operacional Líquida	30.668.665	123.450.979	
Passivo de Arrendamento	335.282	1.590.333	Resultado abrangente do Período	(18.018.972)	10.518.557	(-) Custo dos Serviços Prestados	(41.687.283)	(85.948.294)	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.230.780	5.045.543				Lucro Bruto	(11.018.618)	37.502.685	
Outras Contas a Pagar	17.722.806	7.492.404				(Despesas) e Receitas			
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	5.000.000	-				Gerais e Administrativas	(12.163.561)	(9.145.166)	
	33.564.913	29.480.093				Com Vendas	(3.296.983)	(5.280.915)	
Passivo Não Circulante						Outras receitas ou (despesas)	(82.965)	(8.155.879)	
Passivo de Arrendamento	176.247	2.575.575					(15.543.509)	(22.581.961)	
	176.247	2.575.575				(Prejuízo)/Lucro Líquido antes do Resultado Financeiro	(26.562.128)	14.920.724	
Patrimônio Líquido						(Despesas) Receitas Financeiras			
Capital Social	2.800.000	2.800.000				Despesas Financeiras	(1.048.616)	(471.506)	
Reserva Legal	-	560.000				Receitas Financeiras	646.909	746.835	
(Prejuízos acumulados)/Reserva de lucros retidos	(2.876.099)	14.582.873					(401.707)	275.329	
	(76.099)	17.942.873				(Prejuízo) Lucro do Exercício antes do Imposto de Renda e Contribuição social	(26.963.835)	15.196.054	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	33.665.061	49.998.541				IRPJ e Contribuição Social Corrente	-	(6.880.145)	
Demonstração do Fluxo de Caixa						IRPJ e Contribuição Social Diferidos	8.944.863	2.202.648	
Fluxo de caixa das atividades operacionais						Lucro antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	(18.018.972)	10.518.557	
(Prejuízo) Lucro do Exercício antes do IRPJ/CSLL	(26.963.835)	15.196.054				(Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício	(18.018.972)	10.518.557	
+/- Ajustes por:						(Prejuízo)/Lucro por Ação	(6,44)	3,76	
Depreciação	455.392	484.322							
Sub-total	(26.508.442)	15.680.376							
Aumento ou Diminuição dos ativos e passivos									
Contas a receber	3.382.027	9.974.645							
Tributos a recuperar	(862.966)	381							
Ativos Fiscais Diferidos	(8.944.863)	(2.202.648)							
Outros créditos	5.532.803	(6.857.737)							
Despesas do exercício seguinte	3.410	13.274							
Fornecedores	(8.852.403)	(7.421.528)							
Obrigações Tributárias	(1.223.365)	187.864							
Obrigações sociais e trabalhistas	185.237	(24.546)							

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.
CNPJ/MF nº 19.916.590/0001-25

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	152.037	Instrumentos Financeiros	525
Contas a receber de clientes	165.350	Fornecedores	59.533
Despesas antecipadas	24.150	Contratos a embarcar antecipados	147.331
Adiantamento a fornecedores	44.796	Contas a pagar - partes relacionadas	273.554
Contas a receber - partes relacionadas	33.811	Salários e encargos sociais	6.908
Impostos a recuperar	14.751	Impostos e contribuições a pagar	11.470
Outras contas a receber	6.056	Imposto de renda e contribuição social corrente	178
Total do ativo circulante	440.951	Passivos de arrendamento	1.410
Não circulante		Outras contas a pagar	2.319
Impostos diferidos	27.164	Total do passivo circulante	503.228
Outras contas a receber	115	Não circulante	
Investimento	21.797	Provisão para demandas judiciais e administrativas	1.345
Ativo imobilizado	5.784	Passivos de arrendamento	11.798
Ativo intangível	17.348	Outras contas a pagar	189
Ativos de direito de uso	11.571	Total do passivo não circulante	13.332
Total do ativo não circulante	83.779	Patrimônio líquido	
Total do ativo	524.730	Capital social	208.741
		Outros resultados abrangentes	1.376
		Prejuízos acumulados	(201.947)
		Total do patrimônio líquido	8.170
		Total do passivo e patrimônio líquido	524.730

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

GLP R Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.983.062/0001-66

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Balanco Patrimonial			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	2020	2019	Subscrito	Capital social A integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo do exercício	Total
Ativo							
Circulante	2	1					
Caixa e equivalentes de caixa	1	1					
Impostos e contribuições a compensar	1	–					
Não circulante	79.100	76.313					
Impostos diferidos ativos	1.118	–					
Propriedades para investimentos	77.982	76.313					
Total do ativo	79.102	76.314					
Passivo e patrimônio líquido	2020	2019					
Circulante	22	47.778					
Contas a pagar	17	46.030					
Contas a pagar – partes relacionadas	–	1.747					
Obrigações fiscais	5	1					
Não circulante	46.025	–					
Contas a pagar	46.025	–					
Patrimônio líquido	33.055	28.536					
Capital social	35.240	29.923					
Prejuízos acumulados	(2.185)	(1.387)					
Total do passivo e patrimônio líquido	79.102	76.314					
Demonstração do Resultado Abrangente			Demonstração do Resultado				
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Prejuízo líquido do exercício	(798)	(1.378)					
Outros resultados abrangentes	–	–					
Resultado total abrangente do exercício	(798)	(1.378)					
A Diretoria			Resultado financeiro líquido				
Leonardo Fonseca de Campos			Prejuízo operacional antes do resultado financeiro				
Contador CRC 1SP 303.190/O-9			Imposto de renda e contribuição social				
As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.			Diferidos				
			Prejuízo líquido do exercício				
			Prejuízo por ação – R\$				
			Prejuízo líquido do exercício				
			Prejuízo por ação – R\$				
			Prejuízo líquido do exercício				
			Prejuízo por ação – R\$				

Fratem Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.558.271/0001-13 – NIRE 35.300.503.481

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, hora e local: Ao dia 10/05/2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Maria Angelina Zaiá Escobar Cerqueira; Secretária: Antônia Zaiá Escobar. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a retificação do Estatuto Social consolidado em AGE realizada em 26/06/2018, bem como a retificação do Estatuto Social consolidado em AGE realizada em 15/08/2016 e os respectivos Boletins de Subscrição, também datados de 15/08/2016; (ii) a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; (iii) caso a redução do capital social seja aprovada, a alteração do *caput* do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; (iv) a alteração do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia; (v) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; (vi) a reeleição dos membros da Diretoria, para exercerem os cargos de Diretora Presidente e Diretora Vice-Presidente; e (vii) a autorização para a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** 1. Foi aprovada a retificação da redação do artigo 6º do Estatuto Social consolidado em AGE realizada em 26/06/2018 e do Estatuto Social consolidado em AGE realizada em 15/08/2016, bem como a redação dos Boletins de Subscrição, também datados de 15/08/2016, uma vez que, de forma equivocada, constou que o capital social da Companhia estaria, nas referidas datas, integralmente integralizado. 2. Foi aprovada, sem ressalvas, a redução do capital social no valor de R\$ 6.600.000,00, em razão do mesmo ter sido tornado excessivo em relação ao desenvolvimento das atividades da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, mediante o cancelamento de 6.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 6.815.000,00, dividido em 6.815.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 215.000,00, dividido em 215.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A referida redução do capital social será concretizada mediante a dispensa da integralização do capital social subscrito mediante imóvel dado em conferência, cujo registro do título translativo no Cartório de Registro de Imóveis não se operou. 2.1. Na forma do artigo 174 da Lei nº 6.404/76, esta deliberação somente se tornará eficaz após decorrido 60 dias da publicação desta ata, sem que haja impugnação de credores quirografários da Companhia, quando então a referida ata será apresentada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, juntamente com a cópia da publicação supra referida. 3. Em virtude da redução do capital social, foi aprovada a alteração da redação do *caput* do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 6º. O capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 215.000,00, dividido em 215.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 4. Foi aprovada a alteração da redação do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 32. A Diretoria é composta por 02 membros, Diretora Presidente e Diretora Vice-Presidente, acionistas ou não, residentes no país. § 1º – Compete ao Diretor Presidente: (a) Zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias; (b) Dar cumprimento ao objeto social da Companhia; (c) Fixar a política administrativa e financeira, bem como deliberar sobre a orientação dos negócios fixada pelos acionistas, organizando os planos gerais do desenvolvimento da Companhia; (d) Representar a Companhia perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas de serviços públicos e quaisquer outros órgãos do Poder Público; (e) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral, podendo nomear procuradores e designar prepostos, delegar competências aos demais Diretores para a prática de atos específicos; (f) Supervisionar as atividades da Companhia relacionadas com finanças e controle, área econômico-financeira e contábil, área jurídica em geral, recursos corporativos, relações institucionais, regulação, estratégia e planejamento, negócios empresariais; (g) Autorizar a instalação, em qualquer parte do território nacional, de filiais, dependências ou escritórios; (h) Convocar as reuniões de Diretoria; (i) Analisar as demonstrações financeiras da Companhia e submetê-las à AGA; (j) Exercer a gestão da movimentação financeira da Companhia, incluindo a função de abrir e encerrar contas bancárias, assinar cheques e ordens de pagamento; (k) Contratar financiamentos bancários ou qualquer outra operação de crédito, e ainda a celebração de contratos ou outros compromissos, bem como contrair obrigações com instituições públicas ou privadas, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das atividades da Companhia, outorgando as garantias reais e fidejussórias que se fizerem necessárias; (l) Zelar pelo patrimônio dos bens móveis e imóveis da Companhia. § 2º – Compete ao Diretor Vice-Presidente: (a) Exercer as funções e atribuições individuais que lhes forem conferidas pela Assembleia e/ou pelo Diretor Presidente; (b) Assinar correspondência que não crie obrigações para a Companhia; (c) Exercer a prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, e outras da mesma natureza. § 3º – A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 4º – Poderão ser criados novos cargos de Diretoria pela AGE, até o máximo de 05 Diretores. § 5º – Caberá à Assembleia, no caso de vacância dos cargos que comprometa a realização dos negócios sociais, a eleição de novos diretores, respeitadas as disposições legais e estatutárias para tanto. 5. Foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, com as alterações no mesmo realizadas e a sua nova redação, o qual passa a fazer parte integrante da presente ata, como Anexo I, independentemente de transcrição. 6. Foram reeleitas a Sra. **Maria Angelina Zaiá Escobar Cerqueira**, RG nº MG-8.061.688, SSP/MG e CPF nº 007.216.688-60, para o cargo de **Diretora Presidente**, e a Sra. **Antônia Zaiá Escobar**, CI nº MG 17.266.609, SSP/MG e CPF nº 047.592.376-66, para o cargo de **Diretora Vice-Presidente**, ambas com mandato de 03 anos, as quais declaram não estarem inscritas em nenhum dos crimes previstos em lei que as impeçam de exercer atividade mercantil, e, ato contínuo, tomaram posse mediante Termo de Posse, lavrado e arquivado na sede da Companhia. 7. Foi aprovada e autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Os acionistas declaram, para todos os fins de direitos, que estão de acordo com todas as deliberações acima mencionadas, não se opondo a quaisquer dos itens supra. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 10/05/2021. Mesa: Maria Angelina Zaiá Escobar Cerqueira – Presidente; Antônia Zaiá Escobar – Secretária.

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2021

1. Local, Hora e Data: Aos 28/04/2021 às 13:00 horas, na sede social da “Companhia”, na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Sr. André Lima de Angelo (Presidente); e Sr. Javier Serrada Quiza (Secretário). **4. Ordem do Dia:** (i) Desculpas e delegações; (ii) tomar as contas dos administradores, acompanhado do relatório e parecer dos Auditores Independentes; (iii) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (iv) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos do exercício social encerrado em 31/12/2020; **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos: (i) aprovar, integralmente e sem reserva, as contas da administração da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo 31/12/2020 no valor total de R\$ 11.177.162,24 da seguinte forma: (i) Constituição de reserva legal no valor de R\$ 558.858,11; (ii) Constituição da reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 25º, item c do Estatuto Social: R\$ 10.087.388,92; e (iii) a retenção em valor de reserva de lucros do valor apurado como dividendos obrigatórios no montante de R\$ 530.915,21. (iii) aprovar, integralmente e sem reserva, o relatório do auditor independente (KPMG Auditores Independentes, com sede na Rua do Passeio, nº 38, Setor 2, 17º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF nº 57.755.217/0003-90), o balanço patrimonial, a demonstração dos resultados e demais demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2020 (publicados nos termos do Artigo 133, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, no “Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo” na edição de 09/04/2021 nas páginas 78 a 81 e no “Data Mercantil” na edição de 09/04/2021 nas páginas 13 a 15), demonstrações estas que atestaram que a Companhia apurou lucro. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada por todos os Acionistas. São Paulo, 28 de abril 2021. Assinaturas: **Mesa:** Sr. André Lima De Angelo – Presidente; Sr. Javier Serrada Quiza – Secretário. **Acionistas:** Acciona Construcción S.A. Por: Sr. André Lima De Angelo – Diretor de País e por: Sr. Fabio Luis dos Santos – Diretor Financeiro. **Acciona Concesiones, S.L.** Por: Sr. André Lima De Angelo – Procurador e por: Sr. Fabio Luis dos Santos – Procurador. **Linha Universidade Investimentos S.A.** Por: Sr. André Lima De Angelo – Diretor e por: Sr. Fabio Luis dos Santos – Diretor; **Stoa Metro Brazil I.S.A.S.** Por: Sr. Charles Henri Louis Lucien Malécot – Presidente. JUCESP – Registrado sob o nº 245.85321-2 em 27/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Bresco Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 13.944.481/0001-35 – NIRE 35.300.395.603

Ata de Retificação e Ratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2020

1. Data, Hora e Local: realizada no dia 07/05/2021, às 10 horas, na sede social da Bresco Investimentos S.A. (“Companhia”), localizada na Rua Hungria, nº 620, 4º andar, conjunto 42, parte, Jardim Europa, em São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** dispensada a publicação de editais de convocação, por estarem presentes acionistas representando a totalidade do capital social e votante da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Carlos Eduardo Poli Sisti: Presidente; Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa: Secretária. **4. Ordem do Dia:** (i) retificar a ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18/03/2020, arquivada nesta Junta Comercial sob o nº 401.734/20-1, em sessão de 28/09/2020 (“AGE Retificação”), no que tange ao valor do capital social na data do ato e ao valor do aumento de capital realizado, que equivocadamente constou na referida data, o valor do capital social inicial de R\$ 437.693.933,93 e um aumento de R\$ 35.500.000,00, quando o valor do capital correto na referida data era de R\$ 417.693.933,93 e, portanto, o efetivo aumento do capital social deveria ter sido de R\$ 55.500.000,00, mantendo-se o valor do capital social final, após o aumento, de R\$ 473.193.933,93; (ii) retificar o Anexo I à AGE de Retificação (“Boletim de Subscrição”), que passará a vigorar nos termos do Anexo I da presente ata; (iii) ratificar as demais deliberações da AGE de Retificação e; (iv) ratificar as subsequentes Assembleias Gerais da Companhia, quais sejam, a ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2020 e arquivada nesta Junta Comercial sob nº 401.737/20-2, em sessão de 28/09/2020, a ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/08/2020 e arquivada nesta Junta Comercial sob nº 400.773/20-2, em sessão de 28/09/2020, a ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/08/2020 e arquivada nesta Junta Comercial sob nº 487.217/20-2, em sessão de 17/11/2020, a ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2020 arquivada nesta Junta Comercial sob nº 461.120/20-3, em sessão de 06/11/2020 e a ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/12/2020, arquivada nesta Junta Comercial sob o nº 038.767/21-1, em sessão de 22/01/2021. **5. Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou restrições, o quanto segue: 5.1. Retificar o item (ii) da ata de AGE Retificação, no que se refere ao valor do capital social da Companhia na data da AGE Retificação, que constou erroneamente como R\$ 437.693.933,93, em vez do valor correto correspondente a R\$ 417.693.933,93 na referida data, e, conseqüentemente a Ficha Cadastral da Companhia emitida pela JUCESP anexa à presente ata como Anexo II e, conseqüentemente em decorrência do equívoco do valor do capital social inicial na data da AGE Retificação, retificar o valor do aumento do capital da Companhia que constou erroneamente como R\$ 35.500.000,00 para o valor correto de R\$ 55.500.000,00, mantendo-se o valor do capital social final, após o aumento, de R\$ 473.193.933,93. Desta forma, o item (ii) da AGE Retificação passará a seguir a seguinte redação: “(ii) Aumentar o capital social da Companhia dos atuais R\$ 417.693.933,93, para R\$ 473.193.933,93, sendo o aumento de R\$ 55.500.000,00 realizado mediante a emissão de 55.500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, fixado com base no valor patrimonial e nas perspectivas de rentabilidade da Companhia, nos termos do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, as quais são subscritas neste ato pelo Bresco Growth Fundo de Investimento Imobiliário, fundo de investimento, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 32.000.013/0001-57, neste ato representado por seu administrador, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 07, sala 201, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91, por sua vez representado por seus procuradores, a serem integralizadas até o dia 31/08/2020, conforme boletim de subscrição anexo à presente ata (Anexo I). O acionista Carlos Javier Betancourt renunciou ao seu direito de preferência na subscrição proporcional das novas ações ora emitidas em favor do Bresco Growth Fundo de Investimento Imobiliário, declarando nada ter a reclamar em relação à subscrição destas. Em decorrência da deliberação acima, decidem os acionistas alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passa a ter a seguinte redação: “Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito em moeda corrente nacional é de R\$ 473.193.933,93, representado por 473.345.247 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § 1º. Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. § 2º. As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia Geral que deliberar sobre o aumento de capital. § 3º. Do capital subscrito de R\$ 473.193.933,93, encontram-se integralizados R\$ 417.693.933,93, e a serem integralizados R\$ 55.500.000,00 correspondentes a 55.500.000 ações, até o dia 31/08/2020. 5.2. Retificar o Anexo I à AGE de Retificação (“Boletim de Subscrição”), que passará a vigorar nos termos do Anexo I da presente ata. 5.3. Ratificar as demais deliberações contidas na AGE Retificação. 5.4. Ratificar as sucessivas Assembleias Gerais Extraordinárias, quais sejam, a ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2020 e arquivada nesta Junta Comercial sob nº 401.737/20-2, em sessão de 28/09/2020, a ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/08/2020 e arquivada nesta Junta Comercial sob nº 400.773/20-2, em sessão de 28/09/2020, a ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/08/2020 e arquivada nesta Junta Comercial sob nº 487.217/20-2, em sessão de 17/11/2020, a ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2020 arquivada nesta Junta Comercial sob nº 461.120/20-3, em sessão de 06/11/2020 e, a ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/12/2020, arquivada nesta Junta Comercial sob o nº 038.767/21-1, em sessão de 22/01/2021. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e por todos assinada. São Paulo, 07/05/2021. Assinaturas: **Acionistas:** Bresco Growth Fundo de Investimento Imobiliário, representado por seu administrador Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. p.p., Thiago Ferreira Aucar e Paulo Henrique Amaral Sá, e Carlos Javier Betancourt. A presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. **Mesa:** Carlos Eduardo Poli Sisti: Presidente; Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa: Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 268.708/21-6 em 09/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de abril de 2021

I. Data, Hora e Local: Aos 20/04/2021, às 13:00 hs., na sede social da “Companhia”, na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, São Paulo-SP. **II. Presenças:** Edital de convocação enviado aos conselheiros, conforme artigo 11º, § 5º, do Estatuto Social da Companhia, estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Sr. André Lima de Angelo, Sr. Diego Marín Garcia; Sr. Juan José Clavería Garcia; Sr. Mathieu Pierre Henri LeBègue. **III. Mesa:** Sr. André Lima De Angelo (Presidente); e Sr. Javier Serrada Quiza (Secretário). **IV. Ordem do Dia:** (a) Desculpas e delegações; (b) Deliberar sobre a submissão do Relatório da Administração, das Contas da Diretoria e a apreciação da proposta de destinação dos resultados relativos ao exercício social findo em 31/12/2020 para fins de análise e aprovação em AGO da Companhia a ser realizada em 28/04/2021; (c) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Companhia. **V. Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Ato seguinte, após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, para ser submetido à aprovação em AGO da Companhia (i) o Relatório da Administração, acompanhado do parecer dos Auditores Independentes; (ii) as contas da Diretoria e (iii) a proposta de destinação dos resultados apurados, todos relativos ao exercício social findo em 31/12/2020. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os conselheiros participantes. São Paulo, 20/04/2021. Assinaturas: **Mesa:** Sr. André Lima De Angelo – Presidente; Sr. Javier Serrada Quiza – Secretário. **Membros do Conselho de Administração:** Sr. Diego Marín Garcia; Sr. Juan José Clavería Garcia; Sr. Mathieu Pierre Henri LeBègue; Sr. André Lima de Angelo. JUCESP nº 245.852/21-9 em 27/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,0201 / R\$ 5,0207 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0580 / R\$ 5,0600 *

Turismo - R\$ 5,0500 /

R\$ 5,2170

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: 0,35%

OURO BM&F

R\$ 296,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,64%

Pontos: 129.259

Volume financeiro:

R\$ 91,250 bilhões

Maiores altas: Banco

Inter UNT (5,49%), Su-

América UNT (3,23%),

Itaú Unibanco PN

(1,99%)

Maiores baixas: Gerdau

PN (-5,10%), Companhia

Siderúrgica Nacional ON

(-4,72%), Embraer ON

(-4,40%)

S&P 500 (Nova York):

-0,54%

Dow Jones (Nova York):

-0,77%

Nasdaq (Nova York):

-0,24%

CAC 40 (Paris): 0,20%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,12%

Financial 100 (Londres):

0,17%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,51%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,70%

Shanghai Composite

(Xangai): -1,07%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -1,67%

Merval (Buenos Aires):

0,85%

IPC (México): -0,65%

Negócios

O delivery ‘ultra-rápido’ da Daki quer brigar com os Rappis e iFoods



Quando a “entrega rápida” vira commodity, como é possível mover?

Simple: crie a entrega ultra-rápida.

Essa é a ideia por trás da Daki, uma startup fundada em janeiro que se compromete a entregar produtos de supermercados em no máximo 15 minutos.

Não vai ser um passeio no parque: a Daki vai disputar um nicho que já começou a atrair a atenção de grandes players como o Rappi e o iFood.

Por enquanto, a startup tem cinco darkstores que atendem dez bairros de São Paulo — mas o plano é abrir mais 100 lojas até o fim do ano, o que lhe permitiria co-

brir toda a cidade e entrar nas principais capitais.

Cada darkstore custa em torno de R\$ 100 mil e viabiliza entregas num raio de curta distância.

A Daki foi fundada por três amigos que se conheceram enquanto trabalhavam na Oyo — a rede de hospedagem indiana investida do Softbank que entrou no Brasil em 2019 mas acabou fazendo check-out durante a pandemia.

Para competir num mercado intensivo em capital, a Daki acaba de se fundir com a JOKR (pronúncia: djôker), uma startup americana que tem o mesmo modelo de negócios em países como Estados Unidos, México e Peru.

A JOKR — que também nasceu no início do ano — foi

iniciada por Ralf Wenzel, que fundou e depois vendeu a Foodpanda para o DeliveryHero e que, até abril, era um dos managing partners do Softbank Latin America Fund.

Antes da fusão, a JOKR já havia feito uma rodada seed com o Softbank, HV Capital e Tiger Global; enquanto a Daki havia levantado R\$ 2 milhões com um grupo de investidores-anjo.

Diferente dos principais players de delivery de supermercados, a Daki não opera como marketplace: ela vende apenas produtos 1P com um sortimento consideravelmente menor. (São cerca de mil SKUs, frente aos 10 mil de um supermercado tradicional.)

Brazil Journal

Três em cada 10 MEIs fecham as portas em até cinco anos de atividade no Brasil, aponta Sebrae

Pesquisa “Sobrevivência de Empresas” divulgada pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas) nesta segunda-feira (14) aponta que três em cada 10 microempreendedores individuais (MEIs) fecham as portas em até cinco anos de atividade no Brasil. A taxa de mortalidade de negócios desse porte é de 29%.

No mesmo período, as microempresas têm uma taxa de falência de 21,6%, enquanto as de pequeno porte, de 17%.

De acordo com o presidente do Sebrae, Carlos Melles, o estudo comprova que quanto maior o porte da empresa, maior a sobrevivência do negócio, uma vez que o empresário tem um preparo maior e, muitas vezes, opta por empreender por oportu-

nidade e não por necessidade.

A pesquisa aponta que 42% dos entrevistados estavam desempregados até três meses antes de abrir a empresa e 43% consideram que empreenderam por necessidade.

É possível inferir também que a maior taxa de mortalidade dos MEIs também esteja associada à extrema facilidade de abrir e de fechar esse tipo de empreendimento, em comparação às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP).

De acordo com o Sebrae, entre as empresas que encerraram as suas atividades, cerca de 34% dos entrevistados acreditam que ter acesso a crédito poderia ter evitado o fechamento da empresa. Apenas 7% desse grupo de empresas solicitaram crédito bancário e obtiveram êxito. ^{GI}



A empresa que pode levantar R\$ 500 milhões para investir em direitos autorais



Luiz Eurico Klotz, 57 anos, é agente musical, manager e produtor de eventos há mais de duas décadas. Já foi sócio de casas como Club B.A.S.E, U-Turn e Lounge. Também foi responsável por criar o festival de música eletrônica Skol Beats em parceria com a Ambev e trouxe o Tomorrowland para o Brasil. Mas agora terá de convencer o mercado financeiro de seu talento.

Ele criou uma empresa chamada Muzikismo para comprar participações em direitos autorais de gravações e composições de artistas consagrados e de grandes promessas da música nacional. E, junto com a gestora Rosenberg Partners, está estruturando um Fundo de In-

vestimento em Participações (FIP) que, segundo fontes de mercado, pode levantar até R\$ 500 milhões.

“Com juro baixo, existe capital pujante e necessidade de buscar alternativas, diversificação”, diz Klotz ao NeoFeed. “Por causa da pandemia e da tecnologia, a música se torna um ativo financeiro definitivo”, diz ele. Trata-se também de um ativo que gera receita recorrente com royalties e direitos autorais, ainda mais na era do streaming.

Renato Soriano, sócio-fundador da Rosenberg Partners, está ainda conversando com bancos e plataformas abertas de investimentos para identificar o melhor modo de iniciar a captação. Pode ser via instrução 400, quando vai

à Bolsa ofertando suas ações a um número ilimitado de investidores, ou a instrução 476, com número limitado de investidores profissionais.

“Acho que, no varejo, vai vender igual a pão quente. Ele é um produto que tem recorrência e apelo emocional”, diz Soriano. A Muzikismo pretende comprar participações em gravações, músicas e letras de artistas de todo tipo de gênero musical. “Estamos já conversando com muitos artistas”, diz Klotz, que não pode revelar os nomes porque assinou contratos de NDA.

Mas não pretende comprar mais do que 50% dos direitos autorais de cada artista.

O empresário explica que cada acordo fechado é como um M&A.

NeoFeed